

MOBILIÁRIO E ESPAÇO – O PROBLEMA DAS FAMILIAS DE BAIXA RENDA



Mariana Petrucelli Pires¹
Paulo Kawauchi²

PIRES, M. P. ; KAWAUCHI, P. *Mobiliário e Espaço – o problema das famílias de baixa renda*. Revista Assentamentos Humanos, Marília, v13, nº1, p43-55, 2011.

RESUMO

Com o crescimento demográfico agregado a expansão na construção civil, há uma busca por moradias dignas em áreas cedidas pelas prefeituras para famílias de baixa renda, os chamados conjuntos habitacionais. A Companhia de Habitação e Desenvolvimento Urbano - CDHU e a Caixa Econômica Federal possuem programas que buscam atender às famílias de baixa renda.

Ao fazer uma releitura de como se organizam esses espaços, encontram-se alguns fatores inapropriados, ocasionados pela falta de espaço e mau uso do pouco espaço útil. Este é um problema atual e que muitas vezes deixado de lado, por pertencer somente à população que ocupa estas moradias.

Os móveis ao longo de sua evolução tiveram suas dimensões reduzidas para serem ofertados e comercializados, a chegar a tal ponto que a suas funções práticas foram perdidas. Analisando os móveis inseridos no contexto dos conjuntos habitacionais, observa-se que, ambos, no limite de suas dimensões, não se adéquam, para os móveis falta espaço e para o ambiente, compromete o fluxo.

Palavras-chave: 1 Conjunto habitacional, 2 famílias de baixa renda, 3 espaço, 4 mobiliário.

-
1. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UNIMAR - Mestranda (aluna especial) - PPG Design - UNESP Bauru
 2. Doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FAU - USP e docente titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIMAR. E-mail: kawauchi@terra.com.br



ABSTRACT

With the growth of aggregate demographic expansion in construction, they are looking for decent homes in assigned areas by city halls for low-income families, the so-called housing projects. The Society of Housing and Urban Development (CDHU) and Federal Savings have programs that seek to meet low-income families. When doing a reading on how to organize those spaces, there are some inappropriate factors, caused by lack of space and misuse of little usable space. This is a current problem and often left aside, because it belonged only to people who occupy these houses. The furniture throughout its evolution had its small size to be offered and sold, to come to such point that their practical functions were lost. Analyzing the furniture placed in the context of housing, it is observed that in the limit of its dimensions did not meet. For furniture lack space and for the environment affects the flow.

Key-words: 1 Housing complex, 2 low income families, 3 space, 4 furniture.

OBJETIVOS

Detectar os problemas que surgiram ao longo da evolução dos conjuntos habitacionais no Brasil e propor melhorias na infraestrutura para benefício dos moradores.

Propor uma legislação para o mobiliário, com dimensões pré-estabelecidas para impossibilitar possíveis reduções dos fabricantes.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Habitação brasileira

Ao analisar as habitações ao longo da história pode-se entender as mo-

dificações que resultam a evolução até os dias atuais.

As iniciativas tomadas pelos governos da República Velha (1889-1930) no sentido de produzir habitação ou de regulamentar o mercado de locação residencial são praticamente nulas (GAP, 1985).

A produção da moradia operária no período de implantação e consolidação das relações de produção capitalistas e de criação do mercado de trabalho livre, que corresponde aos primórdios do regime republicano, era uma atividade exercida pela iniciativa privada, objetivando basicamente a obtenção de rendimentos pelo investimento na construção ou aquisição de casas de aluguel (Bonduki, 1982).

A economia brasileira estava concentrada nas atividades agro-exportadoras, havendo predomínio de comércio, a indústria nessa época ocupava papel secundário. Diante da pouca capacidade da indústria de receber novos e crescentes investimentos, a casa de aluguel era uma forma de poupar recursos para a economia urbana, aquecida pela expansão das atividades agro-exportadoras.

Num momento de enorme crescimento das cidades brasileiras, principalmente na região Sudeste, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, que recebiam forte contingente populacional egresso da imigração estrangeira, a valorização imobiliária era acentuada e se constituía numa importante opção de investimento para reserva de valor, na ausência de um mercado de capitais (Melo, 1992).

São Paulo, sobretudo, sediando a economia cafeeira e recebendo um fluxo imigratório intenso (a população da cidade cresceu de 40 000 habitantes em 1886 para 260 000 em 1900 e 580 000 em 1920), apresentava um di-



nâmico processo imobiliário, com forte expansão urbana e uma hiper valorização de glebas, terrenos e prédios. Em poucos anos, chácaras de características eminentemente rurais eram loteadas e transformadas em zona urbana, fortemente ocupada. Assim, além da rentabilidade da locação habitacional, o investimento imobiliário garantia não só uma reserva de valor, como um intenso processo de valorização (Bonduki, 1982).

É neste contexto que se inseria a intensa produção habitacional realizada pela iniciativa privada para locação. Em São Paulo, em 1920, apenas 19% dos prédios eram habitados pelos seus proprietários, predominando largamente o aluguel como forma básica de acesso a moradia (Bonduki 1982).

Desse modo, surgem várias soluções habitacionais, a grande maioria buscava economizar terrenos e materiais, através da geminação, sem recuos frontais e laterais, cada qual destinado a uma renda para pagamento do aluguel. A enorme maioria dos prédios ocupados pelos trabalhadores eram cortiços que concentravam muitas famílias. Era uma seqüência de pequenas casas ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, sem instalações hidráulicas. O que gerou a um grande problema de saúde pública na época.

Quase a totalidade dos trabalhadores e da classe média era inquilina, inexistindo qualquer forma de financiamento para aquisição da casa própria. Para a classe média, que enriquecia, soluções de casas geminadas em vilas ou ruas particulares que perfuravam quarteirões para aumentar o aproveitamento de um solo caro e disputado pela intensa especulação imobiliária.

O valor dos aluguéis não tinha qualquer intervenção do Estado, o que definia quanto o inquilino pagaria era

a negociação regido por contratos particulares. Houve uma lei pouco eficaz que congelou os aluguéis, como uma resposta a crise de moradia e elevação exagerada dos valores locativos. Sem a proteção do Estado, o valor dos aluguéis gerava um grande atrito entre proprietários e inquilinos. Isso foi o que levou os moradores a se mobilizarem em torno do problema da habitação.

As primeiras intervenções do Estado na habitação foram por meados de 1909, no Rio de Janeiro, pela prefeitura do Distrito Federal, que se via fortemente pressionada pela crise habitacional gerada pela derrubada de milhares de cortiços necessária para abertura da Avenida Central, e a construção em Recife em 1926 de 40 unidades pela Fundação A Casa Operária (GAP, 1985). Esta Fundação, órgão do governo do estado de Pernambuco criado em 1924 com a finalidade de edificar pequenas casas para habitação de pessoas pobres Origens da habitação social no Brasil mediante reduzido aluguel (GAP, 1985). A iniciativa mostra o pioneirismo de Pernambuco em relação à intervenção do Estado na produção de habitação num momento em que em São Paulo a questão era debatida no âmbito da prefeitura.

1.2 Habitação econômica

As primeiras construções apoiadas financeiramente pelo governo no Brasil foram registradas em 1930. Até então estas ações se restringiram à atuação da iniciativa privada, período cuja participação do Estado limitava-se à legislação sobre esta produção.

Em 1933 surgiram os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), organizações de âmbito nacional, que substituíram em parte as Caixas e que poderiam aplicar parte de suas recei-

tas na construção de casas para seus associados. Estes IAPs se organizavam conforme as categorias profissionais. Até 1938 haviam sido criados seis destes Institutos: IAPM (marítimos), IAPB (bancários), IAPC (comerciários), IAPI (industriários), IAPETEC (condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo) e IAPÉ (estivadores) (BONDUKI, 1998;102).

Os conjuntos residenciais populares construídos entre as décadas de 1930 e 1950 representam aspirações urbanísticas dessa época, procuravam novas formas de sociabilizar e dar ênfase na vida comunitária valendo-se de técnicas e soluções esteticamente interessantes.

As influências de debates internacionais estão presentes em muitos projetos onde a questão central era a habitação para setores de baixa renda e a procura de projetos que simplificassem os processos construtivos do traçado urbanístico e uniformização de unidades e blocos.

O conjunto do Pedregulho traz em sua concepção os preceitos urbanísticos do Ciam - Congressos Internacionais de Arquitetos Modernos, revelando de forma acabada a relação entre habitação social, modernização, educação popular e transformação da sociedade.

O Conjunto, além de blocos residenciais ainda abriga áreas de serviços comuns como jardim-de-infância, maternal, berçário, escola primária, mercado, lavanderia, centro sanitário, quadras esportivas, ginásios, piscina, vestiários e centro comercial.

Embora alguns destes conjuntos na época não poderiam ser considerados habitações para a população de baixa renda, mas sim para uma classe trabalhadora de rendas diferentes.

A CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo foi fundada em 1949 e já teve vários nomes: CECAP, CODESPAULO e CDH. Recebeu sua atual denominação em 1989.

Em 1964, junto com o Banco Nacional da Habitação - BNH organizou-se o Sistema Financeiro da Habitação como intervenção governamental no campo habitacional, que deveria atender principalmente a demanda de mais baixa renda. Este Sistema passou a atuar através dos INOCOOPS - Institutos de Orientação a Cooperativas Habitacionais, se desdobrando a nível estadual em Companhias de Habitação - COHABs, anteriormente denominadas de Companhias de Habitação Popular.

A história da intervenção do Governo do Estado na habitação popular

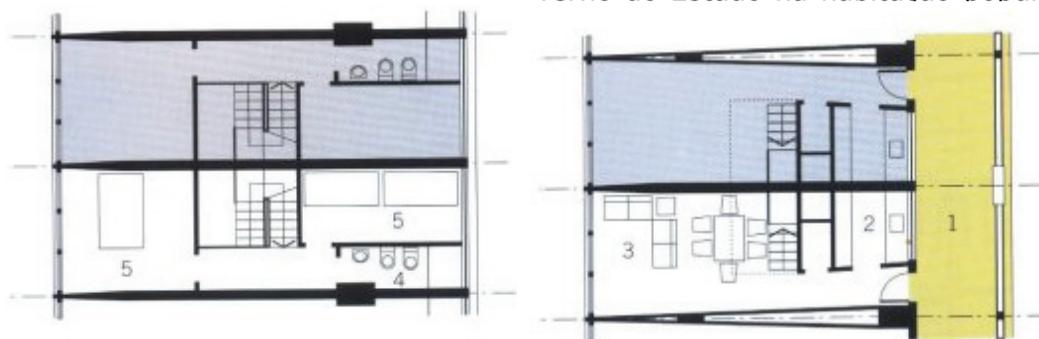


Figura 1 planta conjunto Pedregulho - RJ – apartamento duplex com dois dormitórios (pavimento superior e inferior) projetado por Affonso Eduardo Reidy em 1947.

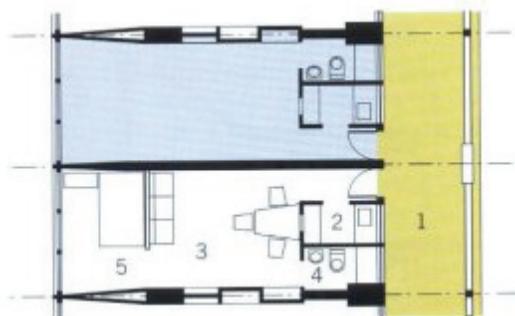


Figura 3 planta conjunta Pedregulho - RJ – apartamento 1 dormitório. Figura 4 fotografia conjunto Pedregulho - RJ – apartamento duplex com dois dormitórios (vista da escada do pavimento superior), projetado por Affonso Eduardo Reidy em 1947.

começou efetivamente em 1967, quando a CECAP - Companhia Estadual de Casas Populares - inicia a produção de habitações para a população de baixa renda. De lá para cá, foram comercializadas milhares de unidades habitacionais em quase todas as cidades do Estado de São Paulo. Esse número cresce a cada mês.

A Companhia de Habitação de São Paulo - COHAB-SP foi criada em 1965 com a finalidade de favorecer o acesso a moradia digna a população de menor renda, obedecendo às normas e critérios estabelecidos pelo Governo Municipal e pela legislação federal.

Atualmente existem duas instituições que atuam no estado de São Paulo responsáveis pela produção em escala de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, órgão estadual, implementa seus programas principalmente com recursos vindos do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, enquanto a Caixa Econômica Federal, banco estatal com programas de âmbito nacional, se utiliza principalmente dos rendimentos de diferentes Fundos. Além destas duas instituições existem ações de âm-

bito municipal que procuram produzir moradias econômicas, como é o caso de algumas COHABs, remanescentes do período BNH, assim como outros órgãos municipais que executam suas políticas habitacionais para atender a demanda da cidade. No entanto, o objeto de pesquisa deste trabalho focará as unidades habitacionais financiadas pela CDHU e a COHABs, por atingir uma escala estadual.

2. PESQUISA

2.1 Crescimento da população

Desde a antiguidade, o crescimento populacional foi um dos temas de reflexão de muitos estudiosos preocupados com o equilíbrio entre a organização da sociedade, a dinâmica demográfica e a exploração dos recursos naturais.

O crescente aumento no número de favelas associa-se a resistência da população de baixa renda de ocupar áreas periféricas inseridas próximas a grandes centros urbanos, acreditando que ficar afastados dos centros pudesse prejudicar suas atividades de renda.

Desde os anos 1960 que a taxa de crescimento da população brasileira apresenta declínios, em 2050, a taxa de

crescimento cairá para -0,291%, que representa uma população de 215,3 milhões de habitantes. De acordo com as projeções, o país apresentará um potencial de crescimento populacional até 2039, quando se espera que a população atinja o chamado "crescimento zero". A partir desse ano serão registradas taxas de crescimento negativas, que correspondem a queda no número da população.

Segundo dados do IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística, houve um crescimento de 1,17% da população brasileira em uma década, apontado pelo Censo Demográfico 2000-2010.

2.2 Déficit Habitacional

Estima-se uma carência habitacional de 10,1% no país. A análise por renda mostra que o déficit está concentrado em 82% da população que ganha até três salários mínimos e em 7% da que recebe de três a cinco salários mínimos. De acordo com o Ministério das Cidades, a concentração do maior déficit localiza-se na região Sudeste, por ali estarem as grandes metrópoles, onde é mais frequente as áreas de invasão e as moradias em coabitação, o que caracteriza o déficit habitacional.

O cálculo do déficit habitacional é feito através de uma metodologia da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte. São considerados em déficit os domicílios rústicos ou improvisados, aqueles que oneram excessivamente a família que ali habita (comprometimento maior que 30% da renda familiar com aluguel entre as famílias que ganham até três salários mínimos) e domicílios onde existe coabitação, ou seja, mais de uma família morando na mesma residência por motivos financeiros.

2.3 Programas existentes de iniciativa pública

Para atender a um déficit habitacional urbano crescente surgiram os mais variados programas.

O Ministério das cidades foi criado visando a coordenação e a integração dos investimentos e ações no Brasil direcionados a diminuição da desigualdade social e a sustentabilidade ambiental.

O PlanHab é um programa do Ministério das Cidades de planejamento a longo prazo que propõem revisões periódicas e articulações com investimentos do Governo Federal permitindo que suas metas de produção estejam associadas ao planejamento dos recursos necessários para suprir o déficit habitacional, tendo o ano de 2023 como horizonte final para a proposta.

A CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, empresa do Governo Estadual, vinculada à Secretaria da Habitação, é o maior agente promotor de moradia popular no Brasil. Tem por finalidade executar programas habitacionais em todo o território do Estado, voltados para o atendimento exclusivo da população de baixa renda, atende famílias com renda na faixa de 1 a 10 salários mínimos.

O PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) é um programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA. O objetivo é a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.395,00. A construção das unidades habitacionais ocorre a partir da contratação de empreendimentos em condomínio ou em loteamento, constituídos de apar-



tamentos ou casas, limitados em 500 unidades por empreendimento. A execução das obras do empreendimento é realizada por Construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados.

Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) e integram seu patrimônio até que sejam alienados.

O lançamento do PAR (Programa de Arrendamento Residencial) pela Caixa em 2001, busca uma alternativa, junto com a iniciativa privada, para atuar mais intensamente na área habitacional para famílias com renda de três a seis salários mínimos. Neste Programa o poder público auxilia a Caixa na identificação dos locais para a implantação dos projetos e na seleção das famílias a serem beneficiadas pelo Programa. As empresas do ramo da construção civil constroem as unidades e posteriormente a Caixa financia estas unidades para as famílias cujo cadastro foi analisado e aprovado para assumir o arrendamento da habitação. No final do período contratado (15 anos) estas famílias tem a opção de compra do imóvel.

O PAC é mais que um programa de expansão do crescimento. Ele prevê a redução de tributos para diversos setores, um deles são os serviços usados em obras de infraestrutura.

2.4 Plantas das edificações utilizadas pelos programas

Para ilustrar a realidade, foram pesquisadas unidades habitacionais que estão sendo financiadas pelos órgãos correspondentes aos programas de iniciativa pública.

O que define qual família ocupa cada casa, é a faixa de renda. Quanto maior o número de quartos mais cara é a habitação, não importando se a família é mais ou menos numerosa que a outra, ou seja, não é o fato de ter uma família numerosa que dá o direito de adquirir uma habitação maior, mas sim as condições financeiras da família. Isso gera um conflito, uma vez que, são as famílias de mais baixo poder de aquisição que geralmente possuem mais habitantes e agregados.

Conhecendo alguns projetos que estão sendo financiados por estes Programas identifica-se claramente uma redução extrema da área habitável

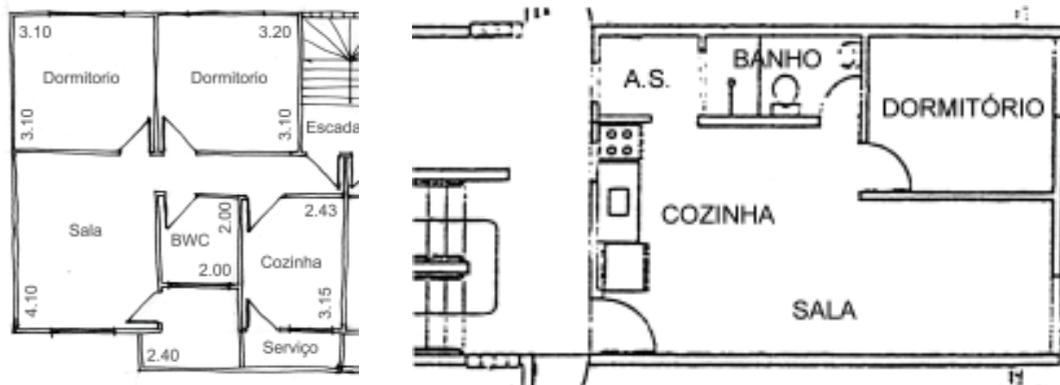


Figura 5 conjunto residencial da Mocca - SP - Planta esquemática da unidade habitacional de dois dormitórios. (BONDUKI, 1998; 187). Figura 6 conjunto residencial Madre de Deus - SP- Tipologia habitacional: edifício de apartamentos; Área das unidades: 59,81 m².

por conta, principalmente, do custo do metro quadrado da construção. Fica evidente uma preocupação do atendimento quantitativo da demanda sem existir uma discussão sobre a qualidade do espaço pratico que estes projetos produzem (FOLZ, 2004). Isso sem falar na qualidade de conforto ambiental do espaço.

Portanto, o foco principal desta pesquisa é o espaço usual interno da unidade habitacional destinada a famílias de baixa renda. São os espaços internos de uso privado produzidos e difundidos desta área mínima oferecida como morada para a população de baixa renda.

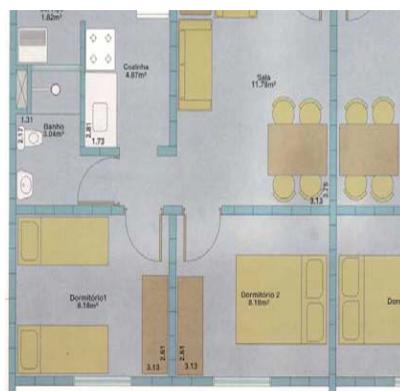


Figura 7 planta CDHU tipo VI-22 F – Caderno de Tipologias de edificações da CDHU. Área das unidades 37,81 m² com dois dormitórios.

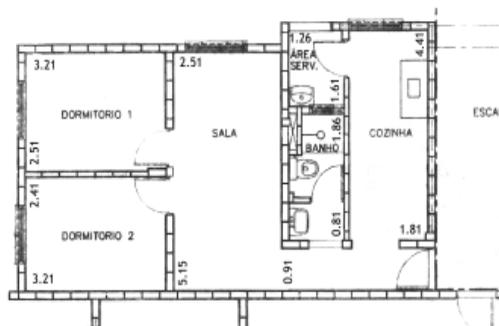


Figura 8 planta CDHU tipo VI-22 K – Caderno de Tipologias de edificações da CDHU. Área das unidades 44,95 m² com dois dormitórios.



Figura 09 fotografia apartamento CDHU - SP –dormitório.

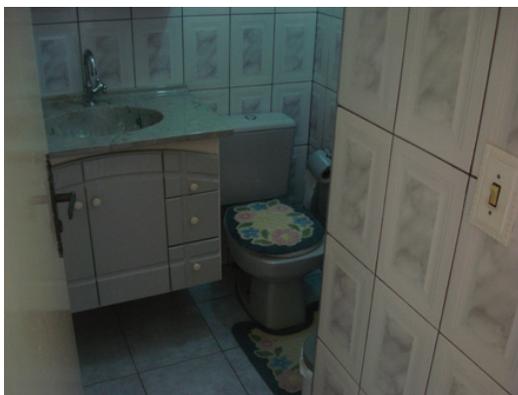


Figura 10 fotografia apartamento CDHU - SP –
banho.

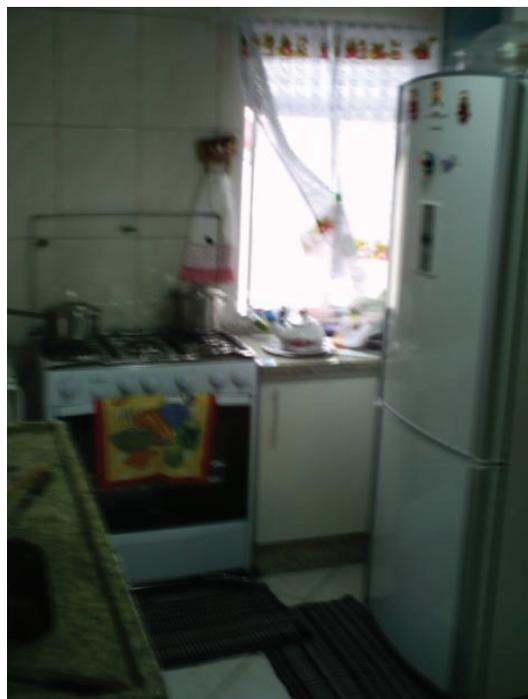


Figura 13 fotografia apartamento COHAB I. Artur
Alvim - SP – cozinha.



Figura 11 fotografia apartamento COHAB. Taipas -
SP – sala.



Figura 14 fotografia apartamento COHAB. Jaraguá -
SP – cozinha.



Figura 12 fotografia apartamento COHAB. Taipas -
SP – dormitório.

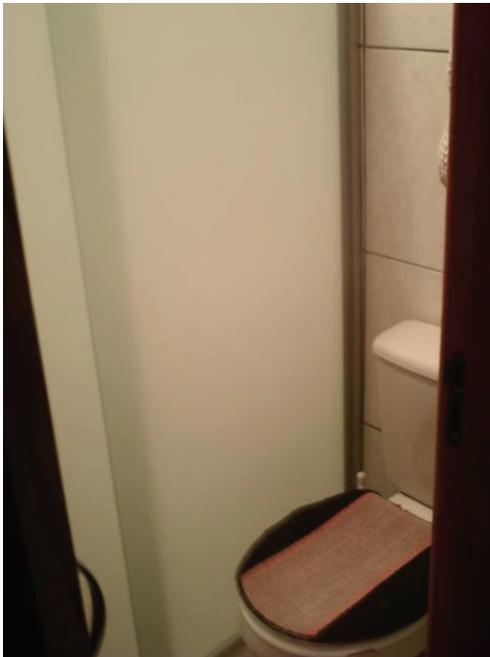


Figura 15 fotografia apartamento COHAB I. Artur Alvim- SP – banho.



Figura 17 fotografia apartamento COHAB. Teotônio Vilela, Zona Leste - SP – sala.

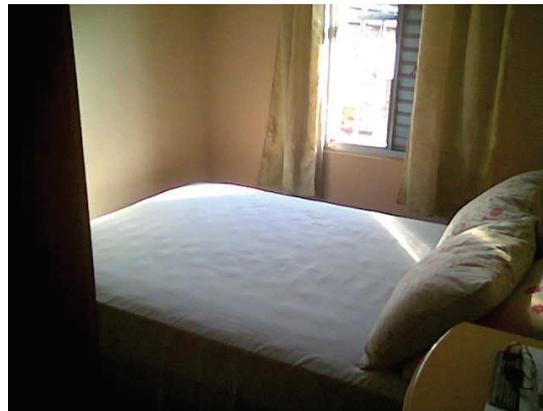


Figura 18 fotografia apartamento COHAB. Teotônio Vilela, Zona Leste - SP – dormitório.



Figura 16 fotografia apartamento COHAB Taipas - SP – dormitório.

2.5 Dimensionamento do mobiliário

O mobiliário varia de acordo com os usuários e suas culturas. Os móveis norte-americanos, por exemplo, costumam ter dimensões maiores, comparando-os aos brasileiros, refletindo a diversidade cultural, características dos espaços arquitetônicos, legislação, dentre muitos outros fatores. Isso ocorre principalmente pelo fato de que nos Estados Unidos as casas são pré moldadas. Para facilitar a execução, a madeira serra-

da (softwood) é utilizada, o que deixa a obra mais rápida. A indústria moveleira norte-americana é voltada para o mercado interno, sendo que apenas uma pequena parcela da produção é destinada ao mercado externo. Apesar disso, os EUA ocupam posição de destaque entre os países exportadores, sendo superado apenas por Itália e Alemanha. O estilo adotado é o casual/funcional, onde compete a busca pela usabilidade sem abrir mão da praticidade.

“Nos Estados Unidos existem fábricas de casas pré-fabricadas, que são standard também, cujas dimensões são amplas. Normalmente têm dois pisos, sendo um para dormitórios. Então, realmente os móveis de lá têm dimensões boas e são bem aproveitados. Aqui, não. No mercado brasileiro, às vezes tem que se fazer até porta de correr para as pessoas poderem passar no quarto. Não dá para se fazer porta de abrir normal.” (TORRESAN, 2001)

No Brasil, a madeira maciça só é permitida se for de demolição ou reflorestada. O Mdf, muito utilizado, é um aglomerado feito de fibras de madeira e é ecologicamente correto. Já o Mdp é um aglomerado com partículas de dimensões maiores. A maior diferença entre os dois aparece no preço, já que o processo de fabricação do Mdp é mais rápido que do Mdf.

No Japão, o dimensionamento dos espaços e elementos arquitetônicos, baseia-se em múltiplos e submúltiplos do antigo sistema de medida padrão, denominado “Kanejaku”, proveniente da China. Os elementos possuem tradicionalmente medidas adotadas há séculos, sem nenhum tipo de mudança atual. Tal característica acaba se refletindo também no design de móveis deste país, influenciando seu dimensionamento e composição, que incorporam a modularização. A indústria ja-

ponesa de móveis apresenta um nível de competitividade internacional muito baixo, sendo que suas exportações não estão sequer entre as vinte maiores do mundo. A ocidentalização dos costumes está obrigando uma abertura a mercadorias estrangeiras, o que pode ocasionar o mesmo problema entre espaço e mobiliário que temos nas áreas desproporcionais que vem sendo geradas para habitação brasileira.

A ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas possui varias normas que vão desde padronização para o mobiliário de cada ambiente, até tipos de ferragens e acessórios que podem ser utilizados.

Porém a concorrência entre empresas, com base na redução de preços, e a inexistência de normas mais específicas que estabeleçam dimensionamentos mínimos para os móveis, verifica-se casos de redução exagerada de medidas utilizadas.

“A gente ou os concorrentes normalmente acabam reduzindo os móveis, para ter preços melhores de venda. Hoje se tem roupeiro com 45 cm de profundidade, onde não cabe um cabide dentro! O normal de um roupeiro é 60 cm, e estão cada vez reduzindo mais. As portas de 60 já estão com 30 cm. Uma porta de roupeiro antiga equivale a duas de hoje.” (TORRESAN, 2001)

A falta ou a inexistência de fiscalização gerou uma grande massa de moveis não funcionais, com medidas inapropriadas e funções praticas perdidas, é o caso dos armários que possuem profundidade reduzida. E junto a isso, outro problema é a falta de espaço e o mau planejamento do pouco espaço útil, onde pode-se observar cantos com difícil acesso, bloqueio parcial de passagens, espaçamento nulo ou muito pequeno entre os moveis e portas sem espaço para abrir.



3 CONCLUSÃO

O ideal seria uma legislação brasileira para dimensões dos mobiliários. Para um armário, por exemplo, a profundidade mínima deveria ser estabelecida 60 cm para armários com portas convencionais e 62 cm para portas de correr, uma vez que a espessura da porta seja de 2 cm.

Desse modo, no ato de projetar, os espaços mínimos estabelecidos para o mobiliário não poderiam ser alterados, obrigando que os espaços sejam respeitados.

Para uma nova legislação caberia das autoridades também uma efetiva fiscalização para que a norma seja cumprida, assim como a legislação das metragens mínimas que são fiscalizadas pelas prefeituras para projetos arquitetônicos de novas construções, haveria uma necessidade de fiscalização dentro das fabricas, onde os moveis são projetados e fabricados.

Mesmo com essa redução exagerada recorrente no Brasil, os moveis continuam não sendo comportados pelos espaços reduzidos das edificações destinadas a famílias de baixa renda.

Talvez a saída seja a adequação dos espaços para o uso pratico dessas famílias e não a redução dos móveis.

O conforto, a praticidade e a usabilidade não estão sendo levados em conta no planejamento de muitas das edificações, o que acaba gerando problemas de espaço e de fluxo, que terão de ser administrados por essas famílias que usufruíram dos espaços destinados a elas pelos programas oferecidos pelo governo.

Como se sabe, as tipologias das casas se assemelham a habitação burguesa européia do século XIX, caracterizada pela tripartição áreas social, íntima e de serviços. Assim o desenho

projetual permanece intocado segundo a alegação de que se chegou a um resultado economicamente viável e que atende as necessidades dos moradores. De certa forma, o arquétipo da habitação para todos atende a necessidades financeiras, pois possui estrutura simples para eliminar gastos extras na construção civil e após a conclusão das obras, a moradia pode ter até 100% do valor financiado e até 23 mil de subsídios do governo, variando de acordo com o total do salário da família. Beneficia três faixas de rendimento, com juros diferenciados, de três a cinco salários mínimos, de cinco a seis e de seis a dez.

O estudo da proposta dos empreendimentos a serem construídos, incluí a verificação técnicas e viabilidade das construções, além da adequação dos preços e o acordo com a legislação vigente do governo.

Porém as necessidades econômicas e políticas não deveriam ser as únicas a serem levada em conta na hora de projetar. O processo de tomada de decisões deveria envolver reflexões específicas de projeto, assim como um grande grupo de profissionais, não somente o arquiteto. No entanto cabe ao profissional arquiteto gerar um projeto que detenha as características fundamentais para que os espaços sejam mais adequados ao mobiliário com dimensões reais, e cabe a quem detêm o poder, efetivar as mudanças nas futuras habitações para que se tenha uma preocupação não somente em gerar demanda para cobrir o déficit habitacional e sim considerar a qualidade do espaço gerado como moradia para essa população.



4. REFERENCIAS

ABIMÓVEL / PROMÓVEL. Estudos leitura moveleira 1: o mercado norte-americano de móveis. São Paulo: ABIMÓVEL/PROMÓVEL/SEBRAE/APEX, 1999.

BERGAMO, F. D.; DIEDERICHSEN, L.J. Materializando sonhos. Design & Interiores, São Paulo, ano 7, n.41, p.95-97, 1993.

BOMFIM, Gustavo A. A discussão da criação. Design & Interiores, São Paulo, ano 2, n. 11, p. 100- 101, 1988.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

BERGMILLER, Karl Heinz et al. Uma análise histórica. Design & Interiores, São Paulo, ano 2, n. 11, p.46-48, 1987.

CANTI, Tilde. O móvel no Brasil. Origens, evolução e características. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva / Editora Agir, 1999.

FOLZ, Rosana Rita – Habitações econômicas paulistas: análise dos projetos das unidades dos atuais programas habitacionais, 2004.

GAP (Grupo de Arquitetura e Planejamento) 1985, Habitação Popular: Inventário da Ação Governamental, FINEP/Projeto, São Paulo.

GORINI, Ana Paula F. A indústria de móveis no Brasil. Estudos Leitura Moveleira 2. São Paulo: Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (ABIMÓVEL), 2000.

MELO, Marcus André (1992), O Estado, o boom do século e a crise da habitação: Rio de Janeiro e Recife (1937-1946), in Ana Fernandes e M. Aurélio Gomes (org.), Cidade & História, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TRAMONTANO, Marcelo. Habitação, hábitos e habitantes: tendências contemporâneas metropolitanas. Artigo disponível em: http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria_artigos_online01.htm Acesso: 07 de maio de 2011.

TORRESAN, Aladir. Aladir Torresan: entrevista. Bento Gonçalves, 2001. Entrevista concedida a Maristela Mitsuko Ono, em 25/ maio 2001.

